



Carta do Gestor

Junho de 2022

Claudenir Vieira da Silva
Administrador de carteira de
Valores Mobiliários (GESTOR)

10 de Junho de 2022

O Futuro Chegou

Já há algum tempo, aqui, nessa Carta do Gestor, estamos escrevendo sobre a inflação internacional, em particular nos EUA, visto que, por ser aquele país, a locomotiva do mundo, suas políticas domésticas, impactam toda a civilização.

Nossa preocupação, vem, desde o final de 2019, quando os primeiros sinais da pandemia foram comunicados na China. Entendíamos que o problema não era passageiro e, que seus desdobramentos seriam nefastos.

Pois bem, com o famoso “fique em casa”, restou aos governos nacionais, a emissão espetacular de recursos e aumento de dívida pública, jamais vista neste século. Nem a Crise do Supremo americana em 2008, foi tão impactante para as economias, quanto foi a Crise da Covid.

Em todo o mundo, a crise da saúde provocou desabastecimento que fez com que, os preços mundiais subissem a níveis jamais vistos desde 1981, quando das duas Crises do Petróleo. A primeira em 1973 e a segunda em 1978.

As duas crises do petróleo, apenas para rememorar, foi advinda da grande liquidez internacional, provocada por bancos que passaram a operar fora dos domínios dos EUA, a fim de driblar os recolhimentos compulsórios exigidos pelo FED – Federal Reserv, o banco central americano.

Os bancos passaram a operar na praça de Londres através do que se convencionou chamar de “Eurodólar”.

Nesta praça (Londres), não havia recolhimento compulsório sobre os depósitos a vista e nem sobre os depósitos a prazo, para os bancos, visto que, eles eram americanos, e assim, os depósitos cresceram em progressão geométrica, visto que, não havia o redutor na criação da moeda pelo sistema bancário, pois, como afirmado, não havia recolhimento compulsório dos bancos a nenhum banco central.

Tal fato criou uma imensa liquidez mundial a tal ponto que a desvalorização da moeda americana foi brutal. A maciça oferta de recursos combinado com o baixo valor do dólar, fez com que, muitos países tomassem dívida internacional com juros baixíssimos e, até negativos. O Brasil surfou nesta onda, e formou reservas internacionais, sem nenhuma necessidade naquilo foi chamado na literatura econômica brasileira “reservas emprestadas”.

Porém, a festa teve fim. A Opep (cartel Internacional do petróleo), começou a perceber que com a quantidade de dólares que recebiam por barril de petróleo, já não compravam a mesma quantidade de commodities alimentícias e nem outras riquezas, que compravam antes do turbilhão de liquidez. Sendo assim, passaram a exigir que os barris de petróleo, tivessem a mesma cotação de 1968, início do movimento eurodólar, mas agora, com a paridade em ouro.

Com isto, tivemos duas fases de reajustes imensos no preço do petróleo. A primeira em 1973, e a segunda em 1978. Além disso, começou-se a cogitar de se restaurar uma nova ordem mundial, onde o dólar deixaria de ser a moeda padrão conversível.

Diante disso, uma crise sem proporções se instalou na Casa Branca, pois o Acordo de Bretton Woods de 1945, que deu a hegemonia mundial a economia americana, pressupunha dois pilares centrais: por um lado, os EUA fomentavam a economia mundial fornecendo financiamento; por outro lado, os países que ficassem superavitários em suas balanças comerciais, passavam a entesourar títulos americanos.

Se a ameaça das duas crises do petróleo se consolidasse, com o fim da hegemonia americana, os EUA passariam a ter que resgatar sua dívida em todo o mundo. Seria o fim da economia americana e muito possivelmente do capitalismo.

Diante de tal impasse, o FED, iniciou um processo desesperado de valorizar sua moeda. Como consequência, no início da década de 1980, a taxa de juros em dólares chegou a bater em 20% ao ano.

Como consequência, muitos países da América Latina, como o Brasil, que formaram reservas às custas de juros negativos, tiveram que pedir moratória da dívida externa, o que correu com o Brasil em 1986.

A solução para acomodar tantos problemas internacionais com suas dívidas, foi a criação do Plano Brady, uma espécie de securitização de recebíveis das dívidas externas. Estes títulos, ainda hoje, são negociados no mercado internacional.

A retrospectiva apresentada acima, teve a intenção de mostrar o grau de preocupação com a excessiva liquidez mundial criada com a crise da saúde a partir de 2019, que se estende até nossos dias.

Atualmente, para não por em risco a atual ordem mundial, os EUA, Europa e Japão, vão precisar endurecer sua política monetária a fim de que a inflação volte aos padrões antes da crise. A inflação divulgada hoje (10/06/2022) pelos EUA, chegou exatamente no mesmo nível de 1981. O sinal de alerta que já estava ligado, caminhou rapidamente para o vermelho. A B3, a bolsa de valores brasileira, as 11h23min caía 1,83% atingindo 105.146 pontos. Os títulos longos (2050) de emissão da Secretaria do Tesouro Nacional estavam sendo negociados a IPCA + 5,90% ao ano.

É fácil entender que, em havendo alta nos juros americanos, um aumento na cotação do dólar internamente aqui no Brasil deve acontecer para que a repatriação aconteça. Antes, porém tem que existir a venda de títulos e valores mobiliários, o que, derrubaria os mercados.

Importante frisar que não estamos comentando se a B3 está barata ou não. Estamos nos atentando a risco de taxa de juros doméstica e internacional e risco cambial.

Voltamos a inferir que, tanto em aplicações financeiras como em investimentos na economia real, devam ter a participação de especialistas.

Claudenir Vieira da Silva

Bacharel em Matemática, Economista, Acadêmico em Estatística e
Mestre em Economia.

Analista Técnico de Investimentos e Gestor de Recursos de Terceiros,
ambos credenciados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.
Gestor responsável pela Kansai Gestão de Recursos de Terceiros Ltda.
Ato declaratório CVM nº 6210 de 07 de Dezembro de 2000.

As informações contidas neste material são de caráter meramente e exclusivamente informativo, não se tratando de qualquer recomendação de compra ou venda de qualquer ativo negociado nos mercados financeiro e de capitais. A Kansai Asset não se responsabiliza pelas decisões de investimento tomadas com base nas informações contidas neste material. A Kansai Gestão de Recursos de Terceiros LTDA. não comercializa nem distribui quotas de fundos de investimentos ou qualquer outro ativo financeiro, exceto os Fundos geridos pela Kansai Asset. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. É fundamental a leitura do regulamento dos fundos antes de qualquer decisão de investimento. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Todos os fundos de investimento geridos pela Kansai Gestão de Recursos de Terceiros LTDA. utilizam estratégias com derivativos como parte integrante de suas políticas de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas. O investimento em Fundo não é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito. Para avaliação da performance do fundo de investimentos, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 (doze) meses. Este material não deverá ser reproduzido, distribuído ou publicado sob qualquer propósito sem autorização da Kansai Gestão de Recursos de Terceiros LTDA. Para mais informações, ligue para (55) 12 98307-8787 ou acesse <http://www.kansaiasset.com.br/new/>. Riscos gerais: em função das aplicações do fundo, eventuais alterações nas taxas de juros, câmbio ou bolsa de valores podem ocasionar valorizações ou desvalorizações de suas cotas. Para obtenção do Regulamento, Histórico de Performance, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato com a administradora dos fundos da Kansai Gestão de Recursos de Terceiros LTDA. Para mais informações, ligue para (55) 12 98307-8787 ou acesse <http://www.kansaiasset.com.br/new/>.